

# Tensões da memória: a ditadura militar brasileira e a narrativa de mulheres<sup>1</sup>

**Joana Maria Pedro<sup>2</sup>**  
**Cristina Scheibe Wolff<sup>3</sup>**

A memória, o que temos legitimidade para lembrar, o que lembramos, como isso ocorre, perpassa questões políticas. É por isso que, neste início de século XXI, têm sido cada vez mais comuns as revisões históricas e negacionismos: negam que o holocausto tenha existido, argumentando que eram “apenas” campos de prisioneiros de guerra; negam que a inquisição tenha levado muita gente à prisão e à morte; alegam que os números são exagerados; negam o genocídio dos nativos da América e da África com o processo de colonização, alegando que a Europa levou a civilização para estes continentes; negam a crueldade da escravidão, dizendo que já havia escravos na África e que a escravidão nas Américas foi “suave”. No caso específico do Brasil, nega-se que tenha acontecido uma ditadura entre 1964 e 1985

- 
- 1 Uma versão semelhante a este texto foi publicada em 2011, com a seguinte referência: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. “As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero”. *História Unisinos*, v. 15, p. 398-405, 2011. Este texto é resultado de pesquisas que contaram com apoio do CNPq e da CAPES por meio do COFECUBE.
  - 2 Professora Titular aposentada e atuando voluntariamente no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC – joanamaria.pedro@gmail.com.
  - 3 Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. É, também, uma das coordenadoras da Revista Estudos Feministas – cristiwolff@gmail.com.

[ VOLTA AO SUMÁRIO ]

e alega-se que se tratou de uma Revolução, que salvou o país da “ditadura comunista”.

Este revisionismo negacionista está relacionado ao uso político que se faz das narrativas históricas e, principalmente, da memória. Sabemos que cada pessoa vive de maneira diferente os chamados “grandes acontecimentos da História”. Por mais que as narrativas historiográficas tendam a tornar homogêneas estas vivências, as próprias fontes têm mostrado a diversidade na forma como os acontecimentos repercutem nas vidas, modificando os percursos ou até, às vezes, não interferindo no cotidiano. Pode-se dizer que o revisionismo negacionista é uma questão relacionada aos embates políticos e à vivência dos acontecimentos. Assim, para além dos embates políticos direcionados para a disciplina história, a questão que queremos apresentar é a maneira como a questão de gênero e o interesse familiar atravessou a forma como muitas mulheres lembram – ou fazem questão de esquecer – a sua própria atuação ou de familiares nas lutas de resistência à ditadura civil-militar, ocorrida entre 1964 e 1985, no Brasil. Nem todas as pessoas viveram esse período da mesma maneira. Estar no campo ou na cidade; viver numa pequena cidade ou numa grande; estar próximo dos lugares onde ocorreram grandes manifestações ou existiram guerrilhas; ser jovem, idoso, adulto ou criança; pertencer às camadas médias; ser estudante universitário ou secundarista; estar engajado em partidos de esquerda; ser homem ou mulher; e, finalmente, ter se identificado com o feminismo ou outros movimentos do período definiu como lembrar, atualmente, o período da ditadura no Brasil. São inúmeras as contingências que definiram a participação e a reverberação na vida de cada um, influenciando no que lembram e narram desse período.

O aniversário de cinco décadas do golpe militar de 1964, no Brasil, também criou uma onda de relatos na imprensa, tais como entrevistas e textos sobre os “desaparecidos políticos” e abordagens que trataram de mortes, torturas e de sobreviventes. Da mesma forma, a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade, também em 2014, foi um momento

importante para estas memórias<sup>4</sup>. Alguns sobreviventes dos abusos da ditadura ocuparam, no início do século XXI, posições-chave no governo brasileiro: o ex-ministro-chefe da casa civil, José Dirceu, era um líder do movimento estudantil, ligado à ALN<sup>5</sup>; a presidente eleita em 2010, Dilma Vana Rousseff, era ex-militante da VAR-Palmares<sup>6</sup>; o deputado José Genoíno Neto, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, participou da guerrilha do Araguaia como militante do PC do B<sup>7</sup>. Enfim, o que se observa facilmente é a emergência, desde meados dos anos noventa, de um discurso baseado na memória, que relatou feitos, ações, prisões e torturas sofridas nas mãos da repressão do regime militar. Estes relatos passaram a ganhar cada dia mais legitimidade. Personagens que, durante o período militar, eram desqualificados por serem considerados “comunistas” e “terroristas” – mesmo não comungando esta ideologia – passaram a ganhar “status” de heróis. Seus relatos foram requisitados, suas memórias foram revisitadas.

Tudo isso é muito diferente do que tem acontecido, desde 2016, com o golpe que promoveu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Desde então, ganhou força um negacionismo em relação ao período de 1964 a 1985 e, diferente da última década, os personagens que passaram a ser destacados foram torturadores e líderes que estiveram à frente da ditadura civil militar, enquanto a resistência à ditadura passava a ser desqualificada (SNYDER; WOLFF, 2019).

Claro que sabemos que nem todas as pessoas que participaram da resistência à ditadura, diretamente ou por meio de familiares, possuem as

---

4 O relatório está disponível no site <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

5 Ação Libertadora Nacional, dissidente do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1967 sob a direção de Carlos Marighela, cuja proposta principal era a resistência armada à ditadura. José Dirceu não chegou a pertencer aos quadros da ALN, mas tinha afinidade e diálogo com a organização.

6 Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, fundada em 1969 pela fusão da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e COLINA (Comandos de Libertação Nacional), organização na qual ela militava anteriormente.

7 Partido Comunista do Brasil, fundado em 1962, logo após a dissidência de importantes líderes do Partido Comunista Brasileiro – PCB.

mesmas narrativas heroicas. Entre as narrativas que divergem do enfoque da atuação heroica da esquerda, queremos destacar as das mulheres que se identificaram com o feminismo – permeadas, muitas vezes, por ressentimentos –, e aquelas que preferem o silêncio. Desse modo, queremos problematizar essas narrativas com recurso ao gênero.

Focalizamos as narrativas, baseadas nas memórias de ex-militantes dos grupos de resistência à ditadura no Brasil. Algumas foram coletadas pela metodologia da História Oral; outras foram publicadas na forma de entrevistas, depoimentos ou autobiografias. Algumas destas pessoas se tornaram feministas. Assim, queremos articular a memória da resistência à ditadura militar no Brasil com gênero e memória familiar.

Os dados que apresentamos fazem parte de um projeto maior, desenvolvido no LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina. Este é um projeto de História Comparativa e do Presente. Temos feito estudos em diferentes países do Cone Sul, como Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai – por meio de entrevistas com pessoas que se identificavam com o feminismo entre 1960 e 1990, e com as pessoas que participaram de movimentos de resistência às ditaduras nestes países. Coletamos, também, outros documentos, como periódicos, livros, processos judiciais e inquéritos policiais. Entrevistamos pessoas que nasceram entre as décadas de 1940 e 1950. Além disso, procuramos as pessoas devido ao seu envolvimento em atividades feministas, de direitos humanos e de resistência às ditaduras, inclusive na luta armada. Para contatá-las, seguimos nossas redes de contato, acumuladas em vista de nossas atividades no IEG – Instituto de Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina. Estas nos permitiram conhecer muitas pessoas envolvidas nos temas dos estudos de gênero e feminismo em diferentes países que tiveram participação na resistência às ditaduras. Além disso, com recursos do Projeto CAPES-COFEUCUB, pudemos coletar, na França, periódicos feministas que foram publicados pelas mulheres brasileiras e latino-americanas que estiveram exiladas. O contato com pesquisadoras francesas proporcionou diálogos,

troca de experiências e novas metodologias de análise da documentação coletada, permitindo aprimorar as reflexões.

As entrevistas foram realizadas nas dependências da residência e/ou do trabalho das pessoas contatadas e, algumas vezes, em lugares públicos. Levamos em conta que as histórias que as pessoas narraram foram influenciadas pelo contato conosco, pelo momento em que as entrevistas foram realizadas e pela história de vida de cada uma. Escolhemos, para este texto, apenas as fontes coletadas no Brasil, estando, entre elas, entrevistas, livros cuja fonte foi a memória, documentos da polícia e periódicos de militantes de esquerda e de feministas.

## Tensões de lembrar

A maioria dos estudos sobre a guerrilha rural e urbana, no Brasil, surgiu recentemente na historiografia nacional. Estes são, em geral, textos muito engajados. Reivindicam reconhecimento dos excessos da repressão do governo militar contra os militantes de organizações de esquerda; exigem reconhecimento da existência histórica dos guerrilheiros; buscam, especialmente as famílias dos desaparecidos, nos órgãos públicos, os documentos necessários para provar a prisão, tortura e execução de seus familiares pelo exército, pela polícia política ou grupos paramilitares. Há, porém, famílias que reivindicam silêncio, que querem esquecer o que viveram por causa do envolvimento de gente de sua família com a resistência à ditadura, pois lembrar seria sofrer novamente.

Há, também, toda uma literatura formada por livros de memórias, romances e autobiografias de ex-militantes que apresentam suas versões do que ocorreu e fazem avaliações sobre os rumos tomados pelas organizações de esquerda, armada ou não, na época. Entre eles, podemos citar, por exemplo, os livros de Alfredo Sirkis (2008) e Flávio Tavares (1999), que são autobiográficos, ou os de Carlos Eugênio Paz (1997) e Conrad Detrez (1978), que têm a forma de romances de aventuras. Outros, porém, negam-se a falar, preferem o silêncio. Fogem de entrevistas e, muitas vezes, pedem que se apague o que já disseram.

No campo da história política, além da publicação de documentos, bibliografia recente e extensa tem analisado o período em questão e as organizações de esquerda, juntamente com suas propostas políticas. Foi isso o que fizeram autores como Jacob Gorender (1998), Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (2002) e Marcelo Ridenti (1993). Alguns autores mencionam, também, a participação de mulheres na guerrilha e resistência política ao regime militar: nesta direção, encontram-se estudos acadêmicos como os de Ana Maria Colling (1997), Ruth Ribeiro de Lima (2000) e Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996), entre outras; além de livros, entrevistas, coleções de memórias, como Luiz Maklouf Carvalho (1998) e Albertina de Oliveira Costa *et al.* (1980), e algumas raras biografias, como as de Verônica Bercht (2002), João Luiz de Moraes e Aziz Ahmed (1994) e Judith Lieblich Patarra (1992).

A pergunta que queremos formular é como a memória da resistência à ditadura militar é esquecida e lembrada e, ainda, como se articula com a memória do feminismo – isto porque várias mulheres que se identificaram com o feminismo, nos anos setenta e oitenta do século passado, tiveram intensa participação nas lutas de resistência às ditaduras e, inclusive, na luta armada. Esta questão é formulada devido ao fato de que, nos relatos das mulheres envolvidas na resistência à ditadura, baseados na memória, muitas das críticas feitas, hoje, ao machismo de seus companheiros, estão diretamente ligadas ao feminismo, que ganhava destaque na mesma época e que, desde então, continuou a ser divulgado.

Por outro lado, várias pessoas que sofreram processos judiciais, que constam nos registros da polícia política, que sofreram prisões, demissões, exílios, aquelas cujos familiares estiveram submetidos a estes sofrimentos, não querem lembrar. Querem apagar de suas vidas, ou da de seus familiares, aqueles tempos tão sombrios. São estas pessoas e, também, as que se envolveram com o feminismo após ou durante sua militância de esquerda que, muitas vezes, apresentam posições diferentes da que atualmente se evidencia na literatura e na mídia, ou seja, a de glorificar o passado de resistência sem muitos questionamentos.

Os anos sessenta e setenta do século XX foram conhecidos, no Ocidente, como o período da chamada “Segunda Onda do Feminismo”. Iniciado em meados dos anos sessenta como feminismo radical nos Estados Unidos e na Europa, o feminismo ganhou as ruas e foi divulgado em diferentes regiões, ganhando diversas cores e adaptações locais.

No Brasil, os anos sessenta, setenta e parte dos oitenta foram vividos sob ditadura militar, acompanhando o que acontecia em vários países da América Latina como consequência da política dos Estados Unidos em sua “Guerra Fria” contra a União Soviética, principalmente após a Revolução Cubana de 1959. A possibilidade de regimes comunistas em vários países latino-americanos parecia, para eles, muito real, e isso serviu como argumento e razão para que as ditaduras que se instalaram reprimissem ferozmente todas as correntes políticas que se aproximavam do socialismo, da esquerda e, até mesmo, apenas da democracia.

No mesmo período, a ação dos movimentos de mulheres e feministas<sup>8</sup>, que nos Estados Unidos e em países da Europa Ocidental reunia milhares de manifestantes nas ruas lutando por direitos e, ainda, reunia grupos de consciência<sup>9</sup> em várias cidades, buscando mudança cultural, não pôde ser vivida da mesma maneira nestes países que estavam sob ditadura. As ditaduras dos países latino-americanos, tenham elas começado nos anos

---

8 Estamos entendendo como movimento feminista as lutas que reconhecem as mulheres como oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação. Como movimento de mulheres, estou entendendo que se trata de movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Trata-se de movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres. Ver, a este respeito, Hirata et al. (2000, p. 125-130).

9 Os “grupos de consciência” foram uma característica do feminismo de “Segunda Onda”. Estes grupos reuniam de 12 a 24 mulheres que discutiam as questões do privado e liam bibliografia feminista. Estas mulheres buscavam rever as imagens, mitos e preconceitos em vigor na sociedade ocidental que atribuíam às mulheres numerosas desqualificações, como ter pouca inteligência, fragilidade física e, ainda, diversas incapacidades, definindo o lar como seu espaço “natural”. Elas tinham a intenção de realizar a expansão da consciência; cada participante de uma destas sessões deveria, também, tornar-se a formadora de outro “grupo”.

60, como no Brasil, ou nos anos 70, como no Uruguai e Chile, geraram um contexto muito diferente, impedindo ou restringindo as ações dos movimentos sociais em geral, criando, assim, condições diferenciadas para o feminismo que emergiu nesses países.

Estes regimes, além de serem antidemocráticos e de instituírem formas de apropriação de riqueza altamente hierarquizadas, eram conservadores, moralistas e antifeministas. Desta forma, o movimento que se pode observar em países nos quais a democracia prevaleceu não aconteceu nos países sob ditaduras. Mesmo assim, especialmente desde os anos setenta, muitas mulheres destes países passaram a se identificar com o feminismo. A articulação destas identificações com a política vivida no Brasil é o que queremos apresentar.

Começaremos por mostrar como as relações de gênero estruturaram as atitudes de guerrilheiros e guerrilheiras que, aparentemente, foram inspirados e inspiradas principalmente por suas ideologias políticas. A partir da análise de relatórios, de memórias e textos produzidos na época pelas organizações de luta armada e de resistência à ditadura no Brasil, podemos verificar que algumas das posições, ações realizadas e experiências dos indivíduos envolvidos na ação foram simultaneamente construídas a partir de representações gendradas e constitutivas das relações de gênero. A divulgação das ideias feministas marcou significativamente a transformação destas relações nesse momento histórico.

A luta armada de esquerda no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, concentrou-se na fase de 1968 a 1974. Um evento marcou o início deste período, e outro o fechou. O primeiro foi o Ato Institucional número 5 (AI-5) do governo militar, também chamado de “golpe dentro do golpe”, em 13 de dezembro de 1968. Este Ato proibiu todas as manifestações públicas não autorizadas pela polícia e permitiu ao exército e à polícia prender todos os suspeitos de subversão, sendo estas prisões julgadas por tribunal militar, e não pela justiça comum. O segundo diz respeito às operações militares que terminaram, finalmente, com a guerrilha do Araguaia, em 1974, com a

execução de mais de 50 guerrilheiros, muitos dos quais até hoje considerados desaparecidos. As ações de guerrilha urbana empreendidas por vários grupos, como a Ação Libertadora Nacional, a Vanguarda Popular Revolucionária e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, entre vários outros, tais como assaltos a bancos e lojas, assalto a quartéis, sequestro de personalidades como embaixadores e, até mesmo, execução de militares e de torturadores, tinham como intenção iniciar uma revolução de caráter socialista.

A reação do governo militar foi violenta e bem articulada. Inspirados em métodos ensinados por instrutores norte-americanos e por veteranos franceses da guerra da Argélia<sup>10</sup>, os militares usaram sistematicamente a tortura para organizar uma rede de informações coordenada pela polícia política, pelo exército, marinha, força aérea e grupos paramilitares financiados por empresários. Convém lembrar que são esses sujeitos que, desde 2016, têm sido trazidos novamente à memória e ao debate público, mas, dessa vez, alçados à categoria de heróis por grupos políticos de extrema-direita. Estes grupos, que já atuavam na propagação de discursos que defendiam a ditadura e os militares torturadores em anos anteriores, a partir do golpe de 2016, que afastou a presidenta Dilma Rousseff, ganharam espaço nos meios de comunicação de massa e, também, no governo. .

Nas organizações de esquerda, havia uma grande diversidade de origens sociais entre os militantes, embora seja amplamente divulgado que a grande maioria das organizações militares da luta armada era composta, principalmente, por estudantes universitários, membros da classe média e jovens. Em termos de números, podemos dizer que, entre as 7.367 pessoas arroladas em processos políticos, 88% eram do sexo masculino e 12% eram mulheres (TELES, 1993, p. 55). Marcelo Ridenti (1993, p. 197-198), que analisou os processos da justiça militar reunidos no Projeto “Brasil Nunca Mais”, dissociando os processos ligados diretamente a organizações

---

10 A participação de militares franceses nas organizações da guerra “contrarrevolucionária” foi publicamente lembrada em documentário difundido no Canal-Plus em 2003 e, ainda, sob a forma de um livro escrito pela jornalista Marie-Monique Robin (2004).

da esquerda, chegou a um total de 4.124 pessoas implicadas; entre estas, 660 eram mulheres (16%), cifra que ia até 18,3% quando se tratava de organizações da guerrilha urbana<sup>11</sup>.

Na construção das trajetórias individuais de pessoas que participaram da luta armada e que se tornaram feministas, certamente múltiplas relações e identificações comuns podem ser encontradas. Uma dessas é a de pertencer à esquerda e ter lutado contra a ditadura. É muito comum o testemunho que entrelaça a luta contra a ditadura com a identificação com o feminismo. Convém lembrar o que já foi narrado em outros estudos: o feminismo da década de 1970 foi organizado no campo da esquerda (MORAES, 1997).

Assim, embora houvesse ditadura e as manifestações fossem proibidas, muitas mulheres brasileiras tiveram contato com o feminismo pela imprensa, pelos livros, por viagens, por discussões com amigas e, até, por alguns grupos de consciência que se formaram em 1972 (PEDRO, 2006). Uma destas mulheres entrevistadas pela nossa pesquisa, depois de narrar seu envolvimento inicial com um partido de esquerda e de ter falado de como tinha sido torturada e de como sua família também sofreu torturas em sua frente para que ela informasse o que queriam ouvir, exigiu, recentemente, de nossa equipe, a retirada de várias partes de seu depoimento, inclusive afetando textos já publicados. Aquilo que ela contara a várias pessoas anteriormente (descobrimos que muitas outras pessoas haviam ouvido a mesma narrativa) tornou-se algo que não mais poderia constar na história. À medida que a mídia começou a focalizar os casos de tortura, prisões e atitudes arbitrárias sofridas pelos prisioneiros, a superexposição causou um grande

---

11 Este número exclui todas aquelas que foram presas ou mortas, aquelas envolvidas de forma marginal nos processos legais, além de todos aqueles que foram condenados à aposentadoria antecipada, que foram expulsos das universidades ou, ainda, aqueles que partiram para o exílio ou que ficaram no anonimato e escaparam da feroz repressão. Entretanto, numerosas pessoas que participaram dos grupos armados foram denunciadas, aprisionadas, torturadas, banidas e mortas. Nada garante, também, que a proporção de homens e mulheres seja constante entre aqueles que escaparam à repressão e aqueles que foram capturados.

incômodo. Sua família pediu silêncio – silêncio para a memória. Ela passou a autorizar a divulgação somente daquilo em que ela sozinha teria participado, sem qualquer outro envolvimento de familiares.

Da mesma forma, um dos membros de nossa equipe de pesquisa realizou várias entrevistas com familiares de desaparecidos políticos. Como de praxe, as entrevistas foram transcritas e enviadas para as entrevistadas para que pudessem acrescentar ou retirar partes do depoimento, ajustar nomes e outras informações que, por vezes, são difíceis de transcrever. Alguns dias depois, entretanto, recebemos carta de uma advogada que, a pedido de familiares, retirava a autorização dada para a utilização da entrevista na pesquisa e exigia a destruição dos arquivos de áudio e transcrições. Embora os motivos e as circunstâncias não tenham sido explicitados, ficou evidente o desejo da família de que os eventos que a ligavam aos desaparecidos, à participação de seus familiares na resistência ao regime e, eventualmente, à sua própria mobilização na defesa dos direitos humanos e na busca pelo esclarecimento das circunstâncias da morte de seus familiares fossem esquecidos.

Para algumas famílias, o envolvimento de seus jovens em organizações de esquerda representou uma grande vergonha. Ter a casa invadida por policiais, ser constantemente ameaçadas, ter suas vidas vigiadas e ver os vizinhos comentando sobre seus filhos ou parentes não deve ter sido muito simples. Várias narrativas falam de como as famílias sofreram com suas atuações. Algumas de nossas entrevistadas contam como seus pais – especialmente o pai – demoraram a “perdoar” pelos problemas que lhes causaram<sup>12</sup>. São familiares como estes que, nos dias atuais, certamente mais se opõem às narrativas sobre o passado que tanto lhes causou dor.

Além desse silêncio sobre o passado, outra narrativa que se opõe à constituição do herói guerrilheiro é feita pelas mulheres que, embora oriundas de organizações de esquerda, passaram posteriormente a se identificar com o feminismo no Brasil. Estas mulheres fazem, hoje, avaliações diversas

---

12 É o que se vê nas narrativas de Ângela Xavier de Brito e de Olivia Joffily.

daquelas que fizeram no período em que eram militantes. Vê-se, aqui, uma atualização dos acontecimentos. Em vários momentos, elas mesmas reconhecem que o que pensam hoje não era o que pensavam no passado.

Eleonora Menicucci de Oliveira<sup>13</sup>, por exemplo, narra que se envolveu com a luta armada. Pertencia inicialmente ao Partido Comunista, mas dele se separou para entrar na guerrilha. No grupo em que atuava, casou-se para poder mudar seu nome, uma vez que o de solteira já estava muito “queimado” junto aos órgãos de inteligência da repressão. Grávida, permaneceu na clandestinidade, realizando várias ações. Deu à luz com nome falso num hospital de São Paulo, de forma que o pai da criança não pôde ver o bebê após o nascimento. Seis meses depois, engravidou novamente, porém a organização da qual ela era uma grande liderança, decidiu que deveria fazer aborto. Ironicamente, o médico que realizou o aborto foi o mesmo que, depois, durante sua prisão e tortura, a examinava para ver se ainda estava viva. A maneira como foi torturada e a forma como a organização a que pertencia decidiu sobre seu corpo e a tratou como mulher e mãe, e não como indivíduo, fez com que repensasse sua atuação. Como ela diz, “isso me fez pensar muito [...] sobre a relação do centralismo democrático e da esquerda com a questão das mulheres. [Pude] repensar o meu caminho, vi como as relações de poder, de gênero, são fortes dentro da esquerda”.

A questão, aqui, não é se a esquerda, como vários depoimentos já sinalizaram, era ou não machista; a questão é ver como as entrevistadas reorganizam suas narrativas, como a memória, hoje, atravessada pelas discussões de gênero, apresenta outras narrativas.

Muitas destas mulheres que lutaram em partidos de esquerda e, até, na luta armada, tiveram, fora do Brasil, espaços de contato com o feminismo.

---

13 Eleonora Menicucci de Oliveira foi militante do Partido Comunista antes de entrar na clandestinidade e atuar na POLOP – Política Operária e POC – Partido Operário Comunista (organização de esquerda brasileira que lutava contra a ditadura militar de 1964). Hoje ela é professora de Ciências Humanas em Saúde na Universidade Federal de São Paulo e militante feminista. Identificou-se com o feminismo nos anos setenta. Entrevista realizada em 14/10/2004 por Joana Maria Pedro.

Fugindo da ameaça de prisão, tortura e morte, muitas pessoas envolvidas com a resistência às ditaduras foram para outros países. Na América Latina, nos Estados Unidos, na Europa, encontraram, em diferentes ocasiões, possibilidades de contato com o feminismo. As mulheres brasileiras que se exilaram em diferentes países formaram grupos de mulheres e feministas nestes lugares. Foi desta maneira que surgiu: (i) em Santiago do Chile, um grupo de mulheres coordenado por Zuleika Alambert; (ii) em Paris, França, o grupo de mulheres latino-americanas coordenado por Yolanda Cerquinha da Silva Prado, conhecida como Danda Prado, grupo que publicou um periódico chamado “Nosotras”; (iii) em Paris, também, o grupo de mulheres brasileiras coordenado por Zuleika Alambert; (iv) ainda em Paris, o “Círculo de Mulheres de Paris”, que publicou uma revista chamada “Agora é que são elas”; (v) em Lisboa, Portugal, o grupo de reflexão formado por brasileiras exiladas, que se reunia no apartamento de Marli Moreira Alves<sup>14</sup>.

A participação nesses grupos transformou a vida de muitas das mulheres exiladas, que passaram a ter outra avaliação de seu passado, interferindo em suas narrativas. As que retornaram ao Brasil se engajaram no movimento de mulheres e feministas que se desenvolvia no país, muitas vezes provocando conflitos nos movimentos de esquerda e, também, nos movimentos de mulheres. Estas mulheres foram as que passaram a fazer as avaliações mais críticas sobre seu passado junto aos partidos de esquerda e às organizações armadas. Momentos vividos passaram pelo crivo dos conhecimentos que adquiriram, rearranjando suas narrativas do passado. Companheiros de luta, antes vistos como heróis, passaram a ser pensados como grandes machistas e egocêntricos.

Em depoimento fornecido para o livro *Memórias do exílio* (COSTA *et al.*, 1980, p. 133), uma ex-militante de uma organização de luta armada ilustra as relações de gênero nas organizações. Ela conta que os homens, inicialmente – influenciados pelas ideias feministas que circulavam, apesar

---

14 Testemunho de Albertina de Oliveira Costa no Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, ocorrido em Florianópolis, na UFSC, entre 4 e 7 de maio de 2009.

da ditadura –, tinham começado a ajudar na cozinha, renunciando, desta forma, ao seu papel de “macho”. Ao mesmo tempo, as mulheres tinham começado a viver uma sexualidade mais livre. Mas a força dos hábitos era muito forte. Lembremos que um ditado comum, no Brasil da época, estabelecia que “o lugar das mulheres era na cozinha, esquentando a barriga no fogão e se refrescando no tanque”. Desta maneira, mesmo com as mudanças que, aos poucos, eram percebidas, as relações de poder não se alteravam de forma significativa. Em seu depoimento, ela afirmava:

Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E, além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de manter as casas. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação às tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema, isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam (COSTA *et al.*, 1980, p. 113).

Este testemunho faz parte das narrativas que algumas mulheres exiladas forneceram para um livro organizado por Albertina de Oliveira Costa e outras autoras em 1980. Este livro pretendia ser uma resposta a um outro, escrito sobre o exílio, que trazia apenas depoimentos de homens. A decisão de fazer o recolhimento de depoimentos foi tomada em uma reunião dos grupos de consciência realizada em Lisboa e, portanto, com um viés feminista. O recolhimento de depoimentos foi realizado pouco antes da Lei da Anistia de 1979, quando muitos refugiados foram autorizados a retornar ao Brasil. Estes depoimentos organizam a memória do que viveram estas mulheres, revelam a experiência do exílio marcado para as mulheres que

testemunharam, pela participação nos grupos de consciência e pelo contato com o feminismo europeu, especialmente o francês.

Portanto, o ressentimento em relação ao fato de que as mulheres que participaram da luta armada e das várias organizações que lutavam contra a ditadura ocuparam cargos de menor poder – presente em várias narrativas – foi formulado depois do contato com o feminismo, neste caso, no exílio. Tratou-se, portanto, de um rearranjo da memória. Lembrar o passado recente com os aportes do feminismo deu novas explicações para suas memórias<sup>15</sup>. Por outro lado, mostra que, apesar de tudo, estas organizações contavam realmente com muitas mulheres. Elas atuaram na busca de informações, no reconhecimento do espaço para a preparação das atividades, organizaram a camuflagem dos “aparelhos” – casas ou apartamentos utilizados pelos militantes –, transformados em “lares normais” com sua presença, atuaram como mensageiras, dentre outras atividades consideradas importantes, porém secundárias.

Por seu lado, as guerrilheiras atuaram de forma a quebrar o monopólio masculino da violência, sobretudo em situação de guerra: surpreendiam os companheiros de luta e até a polícia e a imprensa<sup>16</sup>. Dulce Maia, a guerrilheira Judith da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), foi uma das primeiras mulheres a ser presa pela polícia política. Ela tinha participado de várias ações armadas, algumas bastante perigosas<sup>17</sup>. Ela conta que, diferentemente dos prisioneiros comuns, que eram conduzidos de um lugar para outro sem grande aparato policial, foi levada das câmaras de tortura do DEOPS<sup>18</sup> para a prisão usando algemas e com os braços amarrados nas costas.

---

15 Sobre esta questão, ler Magdalena León (2000, p. 191–206).

16 Para uma discussão sobre o monopólio masculino da violência, ver Françoise Héritier (1996) e Luc Capdevila (1998, p. 607–623).

17 Como “[...] o roubo de armas no Hospital Militar de Cambuci em 22 de junho de 1968 e a explosão de um carro bomba no Quartel General da II armada, em Ibirapuera, em 26 de junho [...]”, em São Paulo.

18 DEOPS – Departamento de Estado da Ordem Política e Social de São Paulo.

Para transportar-me do largo General Osório (endereço do DEOPS) ao presídio Tiradentes (a um quilômetro e meio de distância, se tanto, em pleno centro de São Paulo), foi montado um forte e espalhafatoso esquema. Um aparato bélico e uma escolta que mais pareciam destinados a transportar um destacamento inimigo preso para uma cidade a milhas de distância. Enfim, havia algo de paradoxal e muito de ridículo: todo aquele aparato de homens armados até os dentes, homens grandes, fortes, de ombros largos, de capacetes, cassetetes, revólveres, pistolas, fuzis, metralhadoras – e a ajuda de alguns cães pastores – cercando a entrada do DEOPS, aguardando a saída da “terrorista”. A porta se abre e, de repente, sai aquele fiapo de gente, quase apenas pele e osso, pálida pelos meses sem sol, e com os braços algemados para trás. Era eu (MAIA, 1997, p. 99).

Dulce (Judith) foi vista como uma aberração. Tinha se tornado “macho”. Ela mesma conta, em depoimento coletado por Carvalho (1998), que tanto a polícia como companheiros da organização diziam que ela era “macho”, como forma de elogio. Ser macho, neste caso, tinha conotação de ter resistido à dor e à tortura, transportar armas e ter “sangue frio”. Ser capaz de colocar as questões da guerrilha acima das emoções pessoais.

Estas eram imagens de uma masculinidade infalível, certamente difícil de servir como espelho para as mulheres que se aventuraram nos caminhos da guerrilha. Elas ajudavam a explicar a acusação frequente, reforçada pela identificação com as ideias feministas, de que estas mulheres precisaram esconder seus traços femininos. Não podiam usar vestidos, pentear o cabelo visando ressaltar a beleza e não podiam, ainda, usar batom. Não deveriam “parecer mulheres” (COLLING, 1997; GOLDEMBERG, 1997), a não ser que a ação exigisse o uso do gênero, como nos casos em que precisavam obter informações, passar por lugares perigosos de forma despercebida. Para isso, algumas vezes, serviam-se de sua imagem de mulher. Enfim, as mulheres deveriam mostrar a sua coragem, firmeza, lealdade e virilidade nas ações de vida e de morte, nos porões da polícia secreta, sentadas na

“cadeira do dragão”<sup>19</sup> ou penduradas num “pau de arara”. As narrativas da tortura mostram que o mais doloroso era resistir a toda tortura e não falar. Afinal, o verdadeiro revolucionário deveria ser capaz de todos os sacrifícios.

Todas essas reflexões feitas pelas testemunhas, hoje, mostram, antes de mais nada, uma reflexão que não havia no momento desses acontecimentos. Algumas testemunhas afirmam que, naquela época, não se davam conta das diferenças de gênero e dos preconceitos. Poucas falam disso e afirmam ter confrontado seus colegas com estas questões. Pode-se dizer que é uma memória atravessada por um conhecimento, por uma reflexão sobre gênero, oriunda das discussões feministas. É o feminismo rearranjando as memórias. Ao lado da narrativa de seus feitos heroicos, das torturas dolorosas, aparecem os ressentimentos em relação aos companheiros homens que – seguindo a relação de gênero vigente na época – as consideravam menos capazes de reflexão política e de ações mais ousadas.

Entre as mulheres que ficaram no Brasil e não atuaram na guerrilha, mas que participaram de partidos proscritos pela ditadura, o envolvimento com o feminismo também provocou narrativas de memória que rearranjaram o passado de maneira não heroica. Nestas, o ressentimento também está presente, porém de outra forma. Neste caso, o depoimento de Maria do Espírito Santo<sup>20</sup> é emblemático. Ela conta que era militante do Partido Comunista Brasileiro e foi instada pelo partido a participar do movimento de mulheres para ganhar novos membros para o partido. Entretanto, uma vez dentro do movimento, passou a se envolver de tal forma que acabou por dar

---

19 Cadeira do dragão: “é uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e, na parte posterior, tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto; além disso, a cadeira apresentava uma travessa de madeira que empurrava as suas pernas para trás, de modo que a cada espasmo de descarga as suas pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos” (Projeto, s.d.).

20 Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, conhecida sob o apelido de “Santinha”, nasceu em Bacabal, Maranhão. Trabalhava no Conselho de Estado da Saúde do Rio de Janeiro quando foi entrevistada. Ela mora no Rio de Janeiro e foi entrevistada por Roselane Neckel em 14/02/2005.

prioridade a este, organizando grupos de consciência e de reflexão, sendo a responsável pelo engajamento de muitas mulheres no feminismo brasileiro.

O que temos, portanto, são memórias rearranjadas. Para algumas pessoas, lembrar este período se tornou muito doloroso para si mesmas e para suas famílias. Algumas, por contingências políticas atuais, preferem não lembrar, não narrar. Renegam o que disseram ou o que falaram seus familiares. Para outras, este é o momento de mostrar seu passado heroico. O fim da ditadura e a chegada ao poder de ex-militantes de esquerda as autorizou a lembrar. Narrar foi uma maneira de compor o panteão dos heróis da resistência.

Importante destacar que, agora, estes heróis voltaram a ser desqualificados, não pelas companheiras feministas, por fazerem a crítica dentro da própria esquerda, mas por um novo governo que declarou guerra a toda esquerda. A forma como lembramos, como somos autorizadas a lembrar, perpassa, também, as tensões políticas que têm prometido refazer todas as narrativas históricas.

## Referências

BERCHT, Verônica. *Coração vermelho: a vida de Elsa Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

CAPDEVILA, Luc. “Le mythe du guerrier et la construction sociale d’un ‘éternel masculin’ après la guerre”. *Revue Française de Psychanalyse*, v. LXII, n. 2, p. 607-623, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3917/rfp.g1998.62n2.0607>.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAIS, Maria Teresa Porciuncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha (Dir.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DETREZ, Conrad. *L'herbe à brûler*. Paris: Calmann-Lévy, 1978.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOLDEMBERG, Mirian. “Mulheres & militantes”. *Revista Estudos Feministas*, v. 5, n. 2, p. 349-364, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

HÉRITIER, Françoise. 1996. *Masculin/féminin: la pensée de la différence*. Paris, Odile Jacob, 1996.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Helen le ; SENOTIER, Daniele. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presse Universitaires de France, 2000. p. 125-130.

LEÓN, Magdalena. “Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder”. *Revista Estudos Feministas*, v. VIII, n. 2), p. 191-206, 2000.

LIMA, Ruth Ribeiro de. “Mulher: brasileira e guerrilheira”. *Diálogos DH/UEM*, v. IV, n. 4, p. 203-217, 2000.

MAIA, D. “A morte, as donzelas e a canção dos pescadores”. In: FREIRE, A.; ALMADA, I. e PONCE, J. A. G. (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 96-107.

MORAES, João Luiz de; AHMED, Aziz. 1994. *O calvário de Sônia Angel: narrativa a Azis Ahmed*. Rio de Janeiro: MEC, 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “O feminismo e a vitória do neoliberalismo”. In: M.R. SCHPUN. *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, p. 141-151.

PATARRA, Judith Liebllich. *Iara: reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História (on-line)*, 26(52): 249-272, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011>

PROJETO Brasil Nunca Mais: modos e instrumentos de tortura. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/instrumentos.html>. Acesso em: 05 out. 2011.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp e Fapesp, 1996.

RIDENTI, Marcelo.; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações até os anos 60*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

ROBIN, Marie-Monique. *Escadrons de la mort, l'École Française*. Paris: La Découverte, 2004.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SNYDER, Cara K. e WOLFF, Cristina Scheibe, “The Perfect Misogynist Storm and The Electromagnetic Shape of Feminism: Weathering Brazil’s Political Crisis”. *Journal of International Women’s Studies*, 20(8), 2019, 87-109. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol20/iss8/6> Acesso em 13 ago. 2020.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4ed., São Paulo: Globo, 1999.

TELES, A. A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.